

UMA TOPOLOGIA DO REAL EM ŽIŽEK: CARTOGRAFANDO OS QUATRO EIXOS DE UM MATERIALISMO SEM MATÉRIA

Thalles Valente de Paiva¹

Resumo:

Este artigo propõe uma hipótese topológica do materialismo dialético (MD) žižekiano a partir de quatro eixos constitutivos de suas principais obras: o sujeito incômodo, a paralaxe, o menos-que-nada e o recuo absoluto. Žižek insiste em uma refundação do MD. Para o filósofo, o MD é simplesmente um conjunto de relações puramente formais em que a matéria “desaparece” pela reificação formal, mas, em outro momento, apresenta-se como deformação da própria forma que a subjuga. Para nós, a materialidade no filósofo esloveno se apresenta pelas deformações das operações da razão em frente à barreira do Real. A partir disso, postulamos nossa hipótese topológica dos quatro eixos, visto que as quatro teses de seus principais trabalhos são como um mapa topográfico da razão: sujeito incômodo (toro), objeto incômodo (paralaxe), menos-que-nada (objeto a: fita de Möbius), e recuo absoluto (meta-topologia, a realidade é um movimento de deformações contínuas). Esses eixos não são etapas sequenciais, mas sim momentos topológicos das deformações da racionalidade, formando um “loop” de autorreferência intransponível. A topologia, aqui, é menos uma resposta e mais um mapa de um ciclo vicioso da ferida da razão que só pode ser curada pela lança que a causou.

Palavras-chaves: Slavoj Žižek; materialismo dialético; materialismo sem matéria; topologia.

A TOPOLOGY OF THE REAL IN ŽIŽEK: MAPPING THE FOUR AXES OF A MATERIALISM WITHOUT MATTER

Abstract:

This article proposes a topological hypothesis of Žižekian dialectical materialism (DM) based on four constitutive axes from his main works: the inconvenient subject, parallax, the less-than-nothing, and absolute recoil. Žižek insists on a refoundation of DM. For the philosopher, DM is simply a set of purely formal relations in which matter "disappears" through formal reification, but, at another moment, it presents itself as a deformation of the very form that subjugates it. For us, materiality in the Slovenian philosopher manifests through the deformations of reason's operations in front of the barrier of the Real. Based on this, we postulate our topological hypothesis of the four axes, given that the four theses of his main works are like a topographical map of reason: the inconvenient subject (torus), the inconvenient object (parallax), the less-than-nothing (object a: Möbius strip), and absolute recoil (meta-topology, reality is a movement of continuous deformations). These axes are not sequential stages, but rather topological moments of rationality's deformations, forming an impassable self-referential "loop." Topology, here, is less an answer and more a map of a vicious cycle of reason's wound that can only be healed by the spear that caused it.

Keywords: Slavoj Žižek; dialectical materialism; materialism without matter; topology.

¹ Graduado e mestre em história, doutor em educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: thallesvalentep@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5191-0723>

O “Charlatão” e o “Sistema”: Argumento Topológico para um Materialismo Žižekiano

Slavoj Žižek, em suas obras recentes, insiste na necessidade de reinventar o materialismo dialético (MD). Para Žižek (2016a), as relações, a materialidade, a partir de suas constituições “desaparece” pela reificação à forma como organiza a nossa realidade, mas apresenta-se posteriormente como negatividade que torce à própria sujeição formal. O MD é, portanto, um conjunto de relações puramente formais em que a matéria “desaparece” em um momento, mas em outro, apresenta-se como deformação da própria identidade que a forma (ŽIŽEK, 2016a, p.12)

A partir dessa proposição, não é de se estranhar as críticas marxistas à sua leitura, como lembra Frank Ruda (2016), visto que, se a matéria deve desaparecer, significa o mesmo que trair o MD pela perda da substância material. Isto se torna presente na crítica de Johnston (2016), que teme que a perda da substância material enfraqueça o materialismo e fortaleça o idealismo (pelo excesso formal), visto que a ontologia negativa zizekiana, de antagonismos insolúveis, poderia ser uma forma de panpsiquismo, embora com um foco diferente. Ao invés de enfatizar uma unidade orgânica cósmica, Žižek enfatiza a universalidade dos conflitos internos e antagônicos da natureza. Robert Pfaller (2016) critica o excesso formal de Žižek (como tentação idealista) e insiste que a posição materialista deve se abster, ter uma “preguiça” ou “acédia” em relação ao movimento especulativo. Deve-se reprimir essas questões filosóficas tradicionais, tratando-as como doenças ou sintomas teóricos. O MD não deve ter um objeto específico, pois, se não, ele se transforma em objeto do conhecimento e não em ferramenta crítica. Aliás, Pfaller, em sua leitura de Althusser, insiste que o materialismo deve ser “leve economicamente”, “caber na palma da mão”. No fundo os críticos estão mais ao lado da tradição marxista do que filósofo esloveno, pois a crítica de Marx (2017) ao capital é justamente a reificação dos entes à forma capitalista de produção de valor. Logo, o materialismo, na forma social capitalista, é uma crítica imanente das operações racionalizantes pressupostas pela realidade social.

Se por um lado há críticos que demarcam limites no MD žižekiano, mas reconhecem que há justificativa formal coerente, por outro, Ruda (2016) nos lembra que leituras ortodoxas do MD leem que há uma inversão žižekiana do sujeito do trabalho para dispositivos obscuros produzidos pela própria forma social da qual diz criticar. A forma de sua crítica reflete sua alienação com a ideologia dominante; os vários temas fragmentados no seu discurso (filosofia, ciência, economia política para a cultura pop) são simplesmente uma

operação de contradição performática. Pior ainda, ele diz conjugar esse temas desconexos com Lacan, Hegel e Marx, mas sem coerência ou sistematicidade. Ora, basta pensarmos que sua refundação do MD é simplesmente uma atividade de renovar pelo renovar – um argumento tautológico – que não sai do lugar.

É como diz Ruda (2016), eles estão dizendo que Žižek não passa de um charlatão. Aliás, nesse ponto, tanto comunistas quanto conservadores devem concordar que a condecoração “Elvis da Filosofia” faz jus ao seu “sistema” de pensamento. O excesso de tecnicidades inexplicadas, como expressa Roger Scruton (2016), tiradas da teoria dos conjuntos, da física de partículas, da linguística, da topologia, são usadas para provar teoremas nos quais “um pênis ereto está condicionado à burguesia que equivale à raiz quadrada de menos um, ou que você não (até ser convencido por Lacan) “ex-siste. De outro modo, seu formalismo excessivo é simplesmente elevar algo para *ad absurdum* para provocar risos. No fundo, para o crítico conservador, Žižek compreendeu que, para ser aceito, deve manter uma distância irônica de si mesmo, consciente de que não é possível obter aceitação de outra forma. É pelo seu “ex-sistir” que ele adentra o sistema hegemônico, como um palhaço da revolução.

Uma das saídas para essas críticas a Žižek seria simplesmente dizer que elas são simplistas e rasas, pois não compreendem a complexidade do pensamento do filósofo esloveno em sua reinvenção do MD. Logo, é necessário adentrar nas especificidades de seu “sistema”, demonstrando que os excessos e fragmentações das problematizações particulares (da política econômica à cultura pop) justificam-se pela coerência com as proposições de seu “método” (o MD) – que está em acordo com a universalidade “sistêmica” de sua filosofia (Lacan, Hegel, Marx). O problema é que essa é uma leitura ingênua e, mais ainda, contradiz a coerência de sua pressuposição ontológica: a de que o MD é apresentação de uma deformação sistêmica na razão. Ou seja, ao final, estaríamos em uma contradição performática: queremos discordar da crítica, mas, no fundo, dizemos concordar com ela. Ora, a partir disto, não devemos reconhecer que há momentos de verdade na crítica? Para esse impasse, não devemos “ler Žižek contra Žižek”? Ou, como diz Badiou (1979), “reduplicá-la sobre si mesma”, fazê-la atuar, enquanto teoria, segundo os conceitos metateóricos que ela própria produz.

Aliás, Roger Scruton (2016) identifica corretamente a distância irônica que Žižek estabelece de seu próprio “Si mesmo”. Ora, no arcabouço filosófico žižekiano, simplesmente menos que nada é levado a sério no pensamento contemporâneo. A começar pela psicanálise, que hoje se vê refém de sua própria cientificidade diante das leituras das neurociências; ainda

mais Lacan, que é considerado mais exótico que o próprio Freud. O marxismo, por sua vez, também não é levado a sério pelas leituras liberais e keynesianas da economia, e sua filosofia reside no lado obscuro do pensamento continental – em oposição às leituras iluminadas dos analíticos. A insistência de Žižek é no “obscurantismo”, no retorno a Hegel, o que soa estranho até para os marxistas. Afinal, Hegel já não teria sido superado pela reviravolta de Marx? Mais ainda, a superação de Hegel não se dá apenas no senso comum marxista, mas também na ciência e na filosofia contemporânea. O filósofo alemão é visto como um “imbecil panlogista”, cuja ideia do Absoluto consome tudo. O crítico conservador está correto nessa consciência filosófica lida a partir do “ex-sistir”. Não é por acaso que Žižek frequentemente afirma em sua obra que o MD – principalmente o que ele se tornou no século XX pela leitura stalinista – é uma imbecilidade. Além disso, Žižek, tem ciência que tanto Lacan como Hegel já foram acusados de charlatanismo. É como diz Hajdini (2016): o gesto de Žižek é o marcusiano da “obsolescência”. Ou seja, como teoria e prática, o MD fracassou, e a naturalização dessa determinação se dá não apenas pelos marcos regulativos da política econômica, mas também pelas normativas dos paradigmas do materialismo contemporâneo.

Entretanto, essa imbecilidade não deve ser descartada; ela tem seu momento de verdade – é a presença de uma torção no próprio conceito. A questão é, portanto, saber como ler essa imbecilidade. Aqui, lembremos da tríade psiquiátrica: débil, imbecil e idiota, que Žižek (2013) apropria e subverte. O idiota é o nível mais baixo (QI 0-25); o imbecil (QI 26-50) é o meio-termo; e o débil, o nível mais elevado (QI 51-70). O imbecil, portanto, é o meio-termo, não chegando a ser isolado (do outro e de si) pela falta de seu “si”, como o idiota, nem sendo completamente subordinado ao outro. Aliás, a palavra deriva do latim *imbecillus*, que significa fraco, ou de mente fraca. As coisas ficam mais interessantes quando se pergunta de onde vem a raiz de “becil”, precedida da negação “im”? A origem provável deriva do latim *baculum* (bastão, cajado, báculo). Nesse sentido, “imbecil”, com o prefixo “im” de negação, significa que ele caminha sem bastão. Žižek faz uma analogia do cajado com a formação do sujeito. O idiota é aquele cujo “si”, por ser tão limitado, não reconhece a si e ao outro, isolando-se do grande Outro; o imbecil é quem reconhece, mas, por ser “im”, não se reduz à subordinação do reconhecimento; o débil aceita, embora de maneira iniludível. Žižek insiste, a partir disso, que “becil” não é oposição de “imbecil”, ou seja, “becil” não é um imbecil (lógica de oposição). Aqui temos a reviravolta hegeliana da negação determinada: o imbecil é um não-becil (juízo infinito); a falta de apoio do imbecil é internalizada no próprio grande Outro. O “bécil” é uma determinação onde a falta do imbecil retorna também como sua (o

“seu Outro”). Nesse sentido, podemos entender quando Žižek diz que sua obra *Menos que Nada* “não é um Hegel para completos idiotas nem mais um livro universitário sobre Hegel (dedicado aos débeis mentais, é claro). É um Hegel para imbecis. (ŽIŽEK, 2013, p.13)”. Ora, não é o mesmo que se pode dizer de sua filosofia: ela é para os “imbecis”? Para aqueles que “ex-sistem” (*Ex-istenz*) não se reduzem à subordinação formal da racionalidade hegemônica. De outro modo, há um resto, um dejetos que, nas operações da formação do sujeito, é necessário ser reprimido. Essa “subtração” não é lida como não existente, mas como negação determinada. Há no sistema (ou forma social) um impasse, um sintoma com o qual ela deve reprimir para concluir suas operações de subordinação. Todavia, diferente dos débeis mentais, essa “subtração” não é vitória da racionalidade hegemônica; para os imbecis, é a determinação de uma falta irreduzível na razão de ser.

Não é estranha, portanto, a rejeição da filosofia de Žižek (por conservadores, liberais, progressistas ou marxistas), por ser considerada obscura, hermética, “idealista”, ou simplesmente charlatanismo – pela sua obsessão pela sombra suprimida pela razão. Seu projeto apresenta o MD como sintoma do sistema e da crítica em sua constituição, na tensão entre subjugação formal e negação da diferença pela constituição. No entanto, esse esforço em reinventar MD para o século XXI, com o formalismo como sintoma irreduzível à matéria, já é acentuado pelos comentários de Hajdini, Hamza e Ruda, ou pelas críticas de Johnston e Pfaller, principalmente, referindo-se as obras *Menos que Nada* e *Contragolpe Absoluto para una Refundación del Materialismo Dialéctico*. Se, por um lado, concordamos com a crítica acadêmica nesse esforço de reinvenção do MD sem matéria, nossa hipótese é que quatro eixos formam um mapa topológico para repensar a materialidade em Žižek. Isso a partir de suas quatro obras mais importantes: *O Sujeito Incômodo*, *A Visão em Paralaxe*, *Menos que Nada* e *Contragolpe Absoluto*. Os quatro eixos são: sujeito incômodo (subjetividade irreduzível), o objeto incômodo, paralaxe (diferença mínima irreduzível entre dois pontos de vista), menos que nada (objeto *a*, cuja diferença mínima deve ser “subtraída” das operações da razão), e o recuo absoluto (a racionalidade que se rebela contra sua razão). Não encontramos trabalhos que advoguem essa leitura do MD žižekiano como uma torção especulativa desses quatro eixos, como uma cartografia retroativa de sua obra. Apresentamos nossa justificativa a essa topologia como um loop autorreferente da razão em Žižek – não uma sequência linear.

Žižek e tradição do “Materialismo dialético”

Antes da justificativa, apresentamos uma rápida contextualização desse projeto žižekiano com a tradição marxista. Como o próprio Žižek (2016a) aponta, a necessidade e as tentativas de reinvenção não são algo novo. Lênin, em 1908, com *Materialismo e Empiriocrítico*, já insistia em uma reinvenção do materialismo. Aliás, o próprio Lênin já reconhecia a necessidade de atualização formal do materialismo já presente em Engels, em virtude do desenvolvimento das descobertas científicas, e essa demanda histórica se refletiu como exigência para o marxismo no início do século XX. Para Žižek, no entanto, *Materialismo e Empiriocrítico* é excessivamente contemplativo – para lembrar a Tese I de Marx ao materialismo de Feuerbach. E, mais ainda, essa tentativa falhou ao internalizar as descobertas científicas de sua época, como a teoria da relatividade e da física quântica. Por outro lado, o advento da psicanálise freudiana, que opera como um modelo distinto das ciências naturais, nem sequer foi reconhecido. Essa tentativa fracassou não apenas por não alcançar o nível conceitual requerido pela ciência ou pela filosofia, mas também, *a posteriori*, tornou-se uma insuficiência teórica diante do colapso histórico do comunismo (ŽIŽEK, 2016a, p. 7).

Como acentua Adrian Johnston (2016), essa leitura do filósofo esloveno faz parte do escopo relativamente comum entre os marxistas ocidentais que resistiram vigorosamente aos reducionismos daquilo que veio a ser nomeado como materialismo dialético². Além disso, resistiram à equiparação da “ideia de comunismo”, para lembrar Badiou (2008), à figura de Stálin. Visto que o desdobramento dessa atualização popularizada na URSS tornou-se a expressão do reino da necessidade como reino da liberdade, toda diferença seria a expressão da natureza das “leis dialéticas”, e a unidade da práxis, a subordinação da teoria à prática³.

² O termo Materialismo Dialético (MD), conforme G. V. Plekhánov, foi adotado por Lênin, segundo Graham (1987). Contudo, a genealogia do termo não é precisa na historiografia. Graham (1987) afirma que o termo foi utilizado pela primeira vez em 1891 por Plekhánov, frequentemente chamado de pai do marxismo russo. Marx e Engels, por sua vez, empregavam expressões como “materialismo moderno” ou “o novo materialismo” para distinguir sua orientação filosófica daquela dos materialistas clássicos (como Demócrito) ou de pensadores do Iluminismo francês (como La Mettrie ou Holbach). Engels, no entanto, já mencionava a natureza dialética do materialismo moderno. Lênin, de fato, adotou a frase usada por Plekhánov. (Tradução nossa: GRAHAM, 1987, p. 25). Todavia, Kline (1988) rememora que Josef Dietzgen utilizou a expressão “*dialektischer Materialismus*” em 1878, em sua obra *Streifzüge eines Sozialisten in das Gebiet der Erkenntnistheorie*, escrita em Chicago e publicada em Zurique. Karl Kautsky também fez menção ao termo em sua biografia de Friedrich Engels, escrita em 1899. In: KLINE, G. L. (1988). *The Myth of Marx's Materialism*. In: DAHM, H.; BLAKELEY, T. J.; KLINE, G. L. (eds.). *Philosophical Sovietology*. Soviética, vol. 50. Dordrecht: Springer. p. 10.1007/978-94-009-4031-4 4.

³ Para lembrar a crítica da Escola de Frankfurt, em especial Adorno e Horkheimer (2004), o MD opera uma inversão de Marx, onde a história se torna uma apresentação da filosofia da história, palco dos triunfos de suas leis. O materialismo se torna ridículo, um “*díamat*”, pela sua contradição performática: aquilo que se nomeia de ciência do proletariado é efetivamente uma teologia (ADORNO e HORKHEIMER, 2004, p. 183). Não apenas Adorno e Horkheimer, como retorno à crítica imanente de Marx, mas passando por pensadores como Sartre, com

Todavia, se por um lado houve um combate ocidental à simplificação, como insiste Johnston, por outro, não há o reconhecimento de certas diferenças que se apresentam por uma leitura “a contrapelo”. A começar por Žižek. sua crítica é apressada, pois a obra de 1908 não tem como intuito ser uma declaração autossuficiente do materialismo em Lenin. Falta a crítica do esloveno à mediação com a corrente soviética, Nicolai Bukharin entre outros, que exigia a combinação do materialismo epistemológico de *Materialismo e Empiriocriticismo* com a leitura dialética desenvolvida por Lenin posteriormente em seus *Cadernos Filosóficos*. A crítica ocidental que rejeita o “diamat” pelo seu limite inerente, apressa-se demasiado em jogar fora as “sujeiras obscuras”⁴ Por outro lado, há a displicência da crítica ocidental à redução da dialética da natureza engelsiano-leninista à pseudociência de Trofim Denisovich Lysenko⁵. Após os desastres político-ideológicos do socialismo real, Johnston teme que esses resíduos incômodos sejam foracluídos da história, e adverte pela Tese VI de Walter Benjamin, em *Teses sobre o conceito de história*, que nem mesmo os mortos estarão seguros do inimigo se ele vencer.

Essa ênfase de Johnston (2016) é cara para uma refundação do MD, já que essa é uma necessidade inerente ao projeto žižekiano que reside precisamente nesses “dejetos”. Neles, encontramos momentos de verdade naquilo que é considerado “obsoleto” e “ridículo” pelo hegemônico. Se seu objetivo não é meramente repetir o passado, mas retroagir a crítica daquilo que foi suprimido e denegado, ele deveria atentar para esses detalhes. No entanto, essa falta nesses detalhes, não refuta o seu projeto formal. Visto que na sua forma genérica já está implícito, que, o gesto de atualizar o MD, consiste em reconhecer o legado soviético – assim como seus resíduos incômodos – não como valor zero, mas como um momento interno, como presente em *A Visão em Parallaxe*:

a crítica ao “humanismo teórico”, e Althusser, com a crítica ao “economicismo”, todos se posicionaram contra a vulgarização do materialismo pela legislação do “diamat”.

⁴ O trabalho de Loren R. Graham (1987), a título de exemplo, documenta que filósofos e cientistas na URSS, partindo do materialismo combinado de *Materialismo e Empiriocriticismo* e dos *Cadernos Filosóficos* de Lenin, atualizaram o “materialismo dialético” aos debates das ciências naturais, desde o comportamento humano, psicofisiologia, origem da vida, cibernética, química estrutural, mecânica quântica, teoria da relatividade e cosmologia.

⁵ Como nos diz Graham (1987), há uma falta de “interesse ocidental no materialismo dialético soviético que tem sido a suposição de que sua influência nas ciências naturais se restringiu ao período stalinista e foi um desastre absoluto. Como a maioria dos ocidentais instruídos conhece os efeitos nocivos da forma de materialismo dialético promovida pelo agrônomo soviético Trofim Lysenko no período stalinista, tal suposição é compreensível; a maioria dos ocidentais tende a equiparar o lamentável episódio do lysenkoísmo ao materialismo dialético soviético como um todo. Mais de trinta anos após a morte de Stalin e vinte anos após o fim do reinado de Lysenko na genética, no entanto, o materialismo dialético soviético continua a se desenvolver.” (Tradução nossa: GRAHAM, 1987, p. 9)

Hoje, a crise do marxismo não se deve apenas às derrotas sociopolíticas dos movimentos marxistas; no nível teórico inerente, a crise pode (e *deve*) ser classificada também pelo declínio (e até pelo desaparecimento, na prática) do materialismo dialético como base filosófica do marxismo – o materialismo dialético e *não* a “dialética materialista”, muito mais aceitável e muito menos embaraçosa: aqui, a mudança da reflexão determinada para a determinação reflexiva é fundamental – esse é outro caso em que uma palavra ou a posição das palavras decide tudo (ŽIŽEK, 2008, p.15 a p.16).

Aqui, adentramos em outro momento, a passagem da leitura legado do MD para o contemporâneo. Nessa citação, temos implicitamente a menção à *Lógica dos Mundos*, onde Badiou (2008) propõe a atualização do MD – e suas “sujeiras obscuras” – para o formalismo da “dialética materialista” em contraposição àquilo que ele nomeia como “materialismo democrático”. Esse ponto é importante, pois não há atualização do MD žižekiano sem sua relação com a dialética materialista de Badiou.

Primeiro, debruçamo-nos sobre o materialismo democrático, que se justifica por meio de duas teses absolutas que definem o materialismo contemporâneo: (1) tudo é corpo e linguagem, e (2) não há nada além disso. Ou seja, não há ideia implícita que condicione o enunciado, não há sujeito constituído pela mediação de corpo e linguagem, e não há evento que transcenda sua determinação. Nesse quadro, não há coisa (*Ding*) nem sujeito transcendental: tudo é reduzido ao devir dos entes em suas multiplicidades positivas, coimplicadas relacionalmente num espaço horizontal e imanente, sem hierarquias estruturais que organizem a prioridade entre os entes. Todavia, Badiou (2008) nos convida a atentar para a sintaxe que separa o axioma da dialética materialista do materialismo democrático. Para isso, ele retoma o enunciado de Stéphane Mallarmé: “Não há mais que corpos e linguagens, e no entanto, há verdades.” Badiou sinaliza para a segunda conjunção do enunciado: “e no entanto”, pois ela irrompe como uma aparente exceção, sugerindo uma transcendência. Para Badiou, contudo, a indução transcendente (externalista) deve ser negada por uma reviravolta imanente; a preservação da especificidade e da imanência empírica deve ser conservada (não há verdades como suplementos de sua imanência) e volta-se contra si mesma. A reviravolta implícita simplesmente apresenta exceções ao que há. Ou seja, o axioma da dialética materialista apresenta-se pela lacuna na dualidade corpo e linguagem (da crítica imanente ao axioma do materialismo democrático), pela admissão do “há” (existe um misto de corpos e linguagens). Mas “e no entanto” não apenas “há”, como também há exceções à sua normatividade; esse furo no axioma do materialismo democrático irrompe com a presença das exceções à proposição ontológica horizontal positiva.

A posição de inversão proposta por Badiou (2008) é, portanto, negativa: o termo “insuficiente” não designa uma falha exterior, mas sim uma exceção imanente ao sistema – uma determinação de impossibilidade que impede seu fechamento total. Contudo, Badiou questiona se negatividade imanente para a “dialética materialista” (que é, também, uma crítica imanente ao MD) conseguirá sublimar o arcaísmo, dada a forte assombração do termo pelo “criminoso de Estado exemplar”, Stálin. O legado do MD é absorvido pelo “Sol Negro”; o brilho paradoxal da subjetividade comunista ainda é abstraído pelo espectro do stalinismo, cuja herança é formalizar o materialismo por leis que governam hierarquicamente a história. Apesar do obscurantismo do que “há” no “materialismo dialético” – que não subordinou tudo ao Sol Negro, dada sua insuficiência – a determinação de sua insuficiência, no entanto, irrompe como a legislação da subordinação, não por causa dele, mas apesar dele.

Aqui está o cerne dessa citação de Žižek (2008), ele insiste que, nesse caso específico, a posição das palavras decide tudo e, mais implicitamente, está dizendo que Badiou não levou as últimas consequências uma negatividade irreduzível na sua sublimação, pois a dialética materialista se reduz à apresentação da materialidade com exceção formal, como uma reflexão determinada, mas não à determinação reflexiva (ou determinidade – no jargão hegeliano). Em Badiou, o espectro do “diamat”, seus resíduos incômodos são reconhecidos por sua insuficiência, não como mera falta de algo, mas como expressão do vazio (\emptyset). A dialética materialista apresenta os cortes das exceções às regras pelas teorias dos conjuntos, onde a “matéria”, como a unidade pura (pelas “leis” do MD), expõe sua inconsistência em seu projeto de totalidade. Essa inconsistência não deve ser suplementada por um materialismo mais puro e total, e sim como negação determinada. Portanto, o axioma do vazio, base da ontologia matemática badiouanas, parte da certeza de que há um conjunto sem elementos (\emptyset), ou seja, a estrutura falha em totalizar seus próprios termos, ou seja, não-todo. Todavia, para Žižek, o gesto de Badiou é a apresentação da reflexão determinada, o não-todo do MD, mas, por outro lado, esse movimento apenas reconhece a insuficiência, mas não expurga suas sujeiras obscuras. Em sua determinação, ele impõe uma barreira, mas essa imposição é a presença de algo obscenamente irreduzível do MD. Badiou demonstra a insuficiência e a falha do termo “materialismo dialético”; ele não quer repetir o nome, pela sua carga obscena que ele carrega; por outro lado, ele reconhece que, a partir da lacuna do MD, toma presença a abertura, uma situação de intervenção para o evento. No entanto, para Žižek, Badiou desde sempre manteve para si sua relação com MD, pela sua repressão ao arcaísmo e ao ridículo que o termo e sua operação realizam; essa obscenidade recalcada é a

presença da diferença mínima do MD, que emerge como resíduo não-sublimável. Assim, quando Žižek persiste na leitura da determinação reflexiva, é que a operação da constituição da falha da totalidade está mediada por uma operação, uma torção especulativa, um real irreduzível às exceções – toda exceção é não-todo não somente pela sua insuficiência, mas por não conseguir expurgar suas impurezas.

Dois é não-Um, uma topologia da paralaxe: objeto incomodo e sujeito incomodo

Como vimos, para leitura acadêmica, a reinvenção do MD žižekiano se desdobra pelo legado do MD e pelas leituras dos materialismos contemporâneos, bem como por suas negações ao pensamento especulativo dialético. Isso ocorre pelo retorno da dialética contra o materialismo contemporâneo na crítica da “dialética materialista” de Alain Badiou⁶. Nossa hipótese é que Žižek lê as operações da materialidade como uma topologia – ou seja, seus caminhos deformam e torcem a realidade pelas operações formais às quais ela é submetida. Essa deformidade, onde a matéria que explicita ou implicitamente se reafirma como substância pura (na leitura padrão do materialismo), revolta-se contra sua própria pureza, a partir da racionalidade das próprias versões materialistas. Para nós, essa leitura topológica, fica explícita em passagens importantes de *A Visão em Paralaxe*.

A análise de Žižek (2008) começa com duas histórias aparentemente desconexas: a criação de celas de tortura “surrealistas” inspiradas na arte de vanguarda durante a Guerra Civil Espanhola e o suposto assassinato de Walter Benjamin por agentes de Stálin, devido às suas *Teses sobre o Conceito de História*. De imediato, a conjunção desses relatos pode parecer uma “miscelânea pseudofilosófica”⁷. Assim, tanto para o juízo analítico, que busca a necessidade e autoevidência de um conceito (arte não é tortura; teoria não leva ao assassinato), quanto para o juízo empírico, que depende de conexões causais diretas, a

⁶ Esses materialismos contemporâneos são todos aqueles materialismos antidialéticos que Badiou nomeia de “materialismo democrático”. Para Žižek, esses materialismos aparecem em quatro versões principais: “1) el materialismo «vulgar» reduccionista (cognitivismo, neodarwinismo); 2) la nueva ola de ateísmo que recusa agresivamente la religión (Hitchens, Dawkins et al.); 3) lo que queda de «materialismo discursivo» (los análisis foucaultianos de las prácticas materiales discursivas); 4) el «nuevo materialismo» deleuziano” (ŽIŽEK, 2016, p. 12).

⁷ É como nos diz Johnston (2008): quando se lê Žižek, experimenta-se primeiramente o sentimento de frustração, pois o leitor acredita que, ao final da quantidade de conteúdos diversos e desconexos (além da estética, passando do trágico para a comédia), subjacente a eles aparecerá um fio que conduz a diversidade a uma unidade sistemática.

correlação entre essas histórias resulta em um *reductio ad absurdum*. Elas demonstram que as instrumentalizações contingentes (arte para tortura, crítica para assassinato) carecem de necessidade lógica ou são meramente um apanhado contingente que dilui sujeito e predicado em uma multiplicidade de impressões passageiras. Žižek, contudo, não descarta o resultado como meramente insuficientes; ele os reconhece como uma passagem pelos seus próprios limites. No primeiro momento, o juízo analítico lida com a adequação do objeto ao seu conceito, sendo verdadeiro apenas se partir de um ponto indivisível e necessário, autoevidente. Nesse sentido, a negação da contingência ao conceito é vista como um erro, um efeito de valor zero, ou a contingência já é uma necessidade do conceito, ou deve ser eliminada. Ou seja, os juízos analíticos referem-se apenas a si mesmos – este é seu limite. No segundo momento, a contingência apresenta sua determinação pela negação da autoevidência pura do conceito: o conceito não possui autonomia própria, sendo uma ilusão, e o vazio é sua determinação. No entanto, a diluição do objeto, na operação do juízo empírico, pela experiência, aparece como determinação da autonomia do objeto. Mas ao afirmar-se como objeto contingente, não encontra sua identidade em sua negação, tornando-se, por meio de sua diluição, uma “coisa”. Ou seja, o juízo empírico, em sua particularidade, não considera que está constituído por sua negação ao conceito de Universalidade. Portanto, a verdade da determinação empírica não reside na autonomia da contingência do objeto, mas em seu processo de negação, que implica uma mediação, uma negação à autarquia do conceito. O terceiro momento é a determinação transcendental kantiana, onde as proposições são mediadas por condicionamentos transcendentais. Isso significa que não há síntese entre polos antinômicos (racionalismo versus empirismo; *res cogitans* versus impressões de Hume), mas sim condições para suas operações.

Isto fica explícito nas operações de reversões quando suas particularidades são elevadas para suas universalidades implícitas, ou seja, quando suas qualidades são levadas as últimas consequências – não respeitando seus condicionamentos particulares. A premissa comum é que a arte moderna, por ser negativa à identidade, subverter normativo pela experiência. A experiência sensível particular nega qualquer identidade que dê sentido ou normatize, temos apenas a presença do imediato da singularidade. Mas universalizada essa subversão, tudo se torna uma cela de tortura modernista, o próprio excesso da percepção sensorial (o isto ou coisa – para lembrar Hegel (2019), o momento da multiplicidade da percepção) dessubjetiva o sujeito pelo excesso de negatividade da experiência modernista de não-identificação absoluta. Aqui, a destruição do outro; a subversão da identidade retorna

como seu outro, uma subversão em si, destrói o próprio si. Já o assassinato de Walter Benjamin é a revolução que não pode subverter seus próprios pressupostos. A revolução como crítica à autarquia do capital institucionaliza-se em violência, a filosofia crítica contra qualquer substância que tenha como princípio normatizador absoluto retorna com a figura do Stalinismo como fundamento da violência institucional. A filosofia crítica, com seus excessos de negatividade à ordem, reverte-se na ordem absoluta.

Žižek (2008) questiona se isso não seria um “gesto vingativo de Kant a Hegel”, pois a “moral dessa história” seria apresentar fenômenos intraduzíveis, compreendidos por uma paralaxe em que cada juízo é mutável entre dois, sem síntese ou mediação possível. Todavia, a questão hegeliana apresenta a restrição kantiana à razão como uma determinação irreduzível; o problema de Kant não é o formalismo, mas não ser formalista o suficiente. Por isso, Žižek insiste: “O que essas duas histórias têm em comum não é apenas o vínculo surpreendente entre a *high culture* (belas-artes e teoria) e a política vil e violenta (assassinato e tortura).” (Žižek, 2008, p. 14). A determinação conserva que os juízos possuem operações específicas, mas essa barreira retorna como determinação reflexiva, torção da lacuna para si mesma. Esses exemplos históricos entram em antinomia ao tentar legislar sobre o que não é de seu estatuto; o elemento comum não deve ser descartado como *non sequiturs*, mas compreendido como antinomia de valor não-zero. Não se trata de conexão causal, mas de um “curto-circuito impossível de níveis”, análogo aos lados de uma Faixa de Möbius (Žižek, 2008, p. 14). Arte e tortura, crítica e dogmatismo stalinista são dois lados da mesma superfície que nunca se tocam diretamente, mas compartilham a mesma estrutura. O “vínculo surpreendente” entre alta cultura e violência vil é a apresentação da reversão do sublime para o excremento. O cerne está em ler isso como momentos de determinação (como na lógica hegeliana): o caminho vertiginoso (valor zero para o entendimento) pertence à própria “coisa” em suas deformações contínuas às subordinações formais.

Aqui, a topologia da Faixa de Möbius toma presença na crítica de Žižek à “dialética materialista” de Badiou. Enquanto Badiou, partindo do axioma do vazio (\emptyset), reconhece a insuficiência do Um (o Significante Mestre, S1) e a apresentação do múltiplo (a cadeia de significantes, S2) como negação dessa falta. As reviravoltas da razão, no entanto, demonstram que seu movimento negativo (a cadeia de significantes, S2) está intimamente ligado ao problema que ele quer subverter; toda negação radical carrega consigo a insuficiência do S1. O S1 é simplesmente um sintoma do S2; ele não “expurga as sujeiras obscuras” – pois elas são inerentes à constituição. Daí que a hesitação de Badiou que reflete o

trauma do stalinismo, o temor que de não sublimar a presença traumática do MD. É por essa razão que a estrutura se conforma como uma Faixa de Möbius: a perspectiva da crítica é negação imanente, seu plano linear é sempre ser uma linha crítica sobre algo, mas essa, levada às suas últimas consequências em seu desenvolvimento formal, depara-se com uma torção (a torção da faixa), lida como Real, e vai para o outro lado da fita (tortura e dogmatismo). Liberdade e autarquia compartilham a mesma superfície não pela mediação intrínseca para seu oposto (lógica de oposição), mas pela torção formal (negação determinada)⁸.

Para Žižek, essa hesitação é uma sombra na “dialética materialista”: Badiou não exorciza o fantasma do MD soviético, mas o orienta para sua falta constitutiva. A obscenidade recalcada desse arcaísmo e ridículo é, paradoxalmente, a presença da diferença mínima do MD, uma diferença irreduzível e não-sublimável. A verdade, assim, não reside na reconciliação, mas no hiato, no vazio entre os dois lados, que corta o sublime e o excremento. Assim, Žižek nos diz:

O fato de que, filosoficamente falando, o “materialismo dialético” stalinista é a imbecilidade encarnada não está tão fora de questão quanto, quiçá, *a questão propriamente dita*, já que minha questão é exatamente conceber a identidade de minha posição hegeliana-lacaniana e a filosofia do materialismo dialético como juízo infinito hegeliano, ou seja, como identidade especulativa do mais elevado e do mais inferior, como a frase da frenologia: “O espírito é um osso”. (ŽIŽEK, 2008, p. 16)

Essa torção especulativa, que é a reabilitação do MD em Žižek, é lida como juízo infinito hegeliano (expressão lógica da torção da Faixa de Möbius). A partir disto, as perspectivas do MD (sua tradição de leituras, desde o “diamat” à leitura científica, ou a dialética negativa), do materialismo contemporâneo à “dialética materialista” são “pontos de vista” que aparentemente não encontram uma síntese comum. A questão žižekiana não é

⁸ Essa torção é fundamental para não cairmos na interpretação vulgar de que tudo é seu oposto. A liberdade não é sua própria negação (*non sequitur*), mas é, pelo seu processo de negação a algo que a limita, o que a torna necessariamente parasitária. A liberdade é simplesmente um universal vazio, S1, que é insuficiente, pois não tem conteúdo próprio que a preencha, por isso é negativa ao que é. Por outro lado, sua insuficiência se apresenta pelas negações a seu vazio de conteúdo S2 (como exemplo da arte modernista, crítica benjaminiana, dialética materialista), mas essas tentativas, antes de preencher, retornam como vazio para o S2. Daí o diagrama da faixa de Möbius: o S1 é o furo no centro da fita, sua estrutura circunda, mas nunca toca pelo limite da faixa. O S2 é a faixa, os dois lados que tentam fechar o furo do S1, mas são retorcidos e se invertem. Portanto, sua relação é sintomática: o S2, o múltiplo, implica a insuficiência como limite interno do S1, mas essa mediação retorna, como seu outro, ao S2. Agora, S2 é dividido pelo vazio do S1, pois suas negações se realizaram em negação ao furo, determinação reflexiva. Nesse sentido, a tortura da sala colorida não é o destino da arte moderna, mas é uma torção do real; o que a subordinação formal da arte não pode simbolizar (a insuficiência do múltiplo) retorna como real, como torção, apresentando o campo normativo (atividade concreta) da própria subversão da arte (a internalização do S1 no S2). Nesse sentido, a torção é a diferença mínima, esse resto irreduzível que nega qualquer síntese superior entre S1 e S2.

formalizar pelas diferenças uma identidade mais pura e elevada, o que retornaria ao “idealismo aristocrático”, mas sim residir no processo de subtração que essas tradições operaram. É no que elas negam (seu objeto incômodo), a partir de suas operações à coisa (ou espírito é um osso) que se apresenta a condição para que seus condicionamentos formais se realizem.

Entramos agora no cerne da paralaxe: os pontos de vista são objetados por algo, e essa é a sua determinação. Žižek busca justificar a falta no outro como não-totalidade, ou seja, a existência de uma torção que impede a autorreconciliação. A paralaxe, portanto, é a determinação do “objeto incômodo”, que é uma reversão do “sujeito incômodo” – e vice-versa; um efeito da torção de Möbius na experiência, uma determinação reflexiva. Em sua obra *O Sujeito Incômodo*, o sujeito é o obstáculo que ele mesmo “cria” e combate; é o ato, o gesto paradoxal de infligir a falta, preenchê-la e esvaziá-la novamente, num *loop* vicioso e irreduzível. Isso é a subjetividade em sua forma pura que pressupõe uma lacuna ontológica. Assim, diz Žižek:

Pode a lacuna, a abertura, o Vazio que precede o gesto de subjetivização ainda ser chamado de ‘sujeito’?” – é um enfático “Sim!” – o sujeito é, ao mesmo tempo, a lacuna ontológica (a “noite do mundo”, a loucura do autoisolamento radical) bem como o gesto de subjetivização que, por meio de um curto circuito entre o Universal e o Particular, cura a ferida de sua lacuna (em lacanês: o gesto do Mestre que estabelece uma “nova harmonia”) (ŽIŽEK, 2016b, p. 115-116).

Nesse sentido, o obstáculo é o processo do sujeito; a deformidade da subjetividade é o que processa seu incômodo. Mas, para que isso ocorra, deve haver uma barreira constitutiva, cuja negatividade irreduzível bate e retorna para si mesma. Žižek (2008) aponta que o que incomoda o “sujeito incômodo” é aquilo que o objeta. Com os papéis invertidos (sujeito passivo, objeto ativo), “o sujeito é definido pela passividade fundamental e é do objeto que vem o movimento – é ele que incomoda. Mas, novamente, que objeto é esse? A resposta é: o objeto paralático” (ŽIŽEK, 2008, p. 31). Estão sempre na mesma superfície que leva ao outro ponto pela torção da faixa. O ponto de vista muda, mas a estrutura é a mesma; o sujeito é incômodo pelo objeto, e vice-versa; sua relação perturba o funcionamento tranquilo das coisas. O juízo infinito é a lógica da fita: expressa a torção da negatividade que se dobra sobre si mesma em suas operações de subordinações formais sobre a subjetividade/objeto. Na Faixa de Möbius, a identidade, em seu desenvolvimento, é torcida ao encontro do seu momento mais simples – visto que compartilham a mesma superfície. Assim, como na

paralaxe, o Real, como diferença mínima, somente pode se apresentar por dois pontos de vista que nunca coincidem.

Usualmente, a pergunta é: como do ser Uno apresenta-se o dois? Devemos ler a topografia da paralaxe žižekiana como retroativa, pois o dois é que dá “origem” a Um. É pelo excesso formal do dois que ele esbarra em seu limite, retorcendo-o e dividindo-o internamente. O Um é a divisão no dois, como presença retorcida que faz o dois não ter unidade consigo mesmo. Porém, o Um é um não-todo, não por ser substância negativa, nem ponto de partida de uma falha ou ontologização de um substrato fraturado, mas a formalização de uma divisão imanente que impede a constituição do substrato como tal. O cerne está na torção especulativa (MD para Žižek), que é a impossibilidade de reconciliação consigo mesmo, e é o resultado do dois. Essa diferença mínima no dois é a presença do não-todo. Os pares da paralaxe são a tentativa de subverter e preencher a diferença mínima que, por outro lado, desencadeia sua incessante significação em negação a esse Um impossível.

O Imbecil e sua Sombra: as quatro negações ao menos-que-nada

Se na topologia do “Dois, não-Um” se apresenta a divisão imanente da estrutura pela torção do real, em *Menos que Nada: Hegel e a Sombra do Materialismo Dialético*, para Žižek, é nesse ponto de inflexão que a “sombra” é do MD. O MD é um fracasso histórico, seja político ou filosófico; ele já é um cadáver filosófico, já é um nada. O ponto é aceitar que a sombra que nos atormenta já nos habita, deve-se recuar a essa diferença irreduzível, como seu absoluto. Mais ainda, como diz Hajdini (2016), reconhecer que esse *incomodo* já está projetado no corpo opaco de Hegel (pois se MD é nada, Hegel é menos que nada), situado atrás de suas costas. A sombra não é o fundamento, mas é o resíduo parcial da atividade performática (S2) da negatividade contemporânea; assim, como MD retroativamente apresenta a falta em Hegel. Porém, aqui acrescentamos nossa hipótese, como momentos topológicos, Dois (S2) e Um (S1) são pares de paralaxe; são dois pontos de vista que nunca coincidem, mas ambos compartilham a mesma superfície. Assim, estamos no sintoma na faixa de Möbius: o MD apresenta uma falta que somente pode ser lida à frente de Hegel (como traçar uma linha à frente da fita), mas essa operação na linha da fita é retorcida pela faixa, retornando a falta do MD por Hegel pela retorção da faixa. Assim a sombra, como diz Hajdini (2016), não é o fundamento, mas um resíduo da ação performática da forma – é este resto que direciona “para” uma nova refundação do MD. Como um *loop* temporal, esse “para”

não aponta para o futuro, mas para um impasse passado que nos assombra no presente, projetado “às costas de Hegel.”

Nesse sentido, Žižek (2013) não está apostando em uma filosofia que transpareça uma substância determinante no processo de reificação formal, mas sim nos processos de negação que a atravessam e a opacificam. Mas como o filósofo esloveno apresenta e justifica essa sombra? Hajdini (2016) faz uma excelente exposição da sombra a partir dos modelos formais (tratados por Badiou (2008)), mas essas estruturas formais são lidas na filosofia zizekiana como momentos de negação, como em Hegel. Esses momentos são: “lógica clássica” que opera pela não-contradição e terceiro excluído: “lógica intuicionista” suspende o terceiro excluído ($\neg\neg p$ não é necessariamente p), exigindo prova construtiva e comportando dinâmicas entre saber e verdade; “lógica paraconsistente” permite contradições sem colapso, aceitando eventos como rupturas do sistema. O terceiro momento, da insuficiência do Uno, abriria para formação do Evento badiuniano.

A partir dos condicionamentos e efeitos da negação desses três tipos de lógica, que se diferenciam pela validade ou não dos dois princípios fundamentais, Hajdini (2016) apresenta a lógica fetichista de Žižek: “Eu sei, mas...”. A expressão dessa forma pode ser lida pela sentença: “Eu sei que os judeus não são culpados de nada; entretanto, o fato é que... lucraram”. Primeiro, há a afirmação do saber como verdadeiro, mas posteriormente suspende-se o saber pela crença. Portanto, ela obedece ao princípio de não-contradição ($\neg\neg p = p$), mas não ao terceiro excluído. Assim, ela é invalidada pela lógica tradicional. Mas essa negação é conservada na leitura intuicionista, “Eu sei que os judeus não são culpados ($\neg p$), mas mesmo assim eles não são não-culpados ($\neg\neg p$)”. A negação da negação ($\neg\neg p$) não implica p , mantendo o saber e a crença inconsciente separados, permitindo a implicação prática de culpa sem colapso lógico. É justamente nessa suspensão do terceiro excluído que temos a operação do condicionamento da negação da negação pela lógica fetichista. É no paradoxo lógico intuicionista, da razão e crença operando sua verdade e não-verdade ao mesmo tempo pela falta de veracidade processual, que está a concreticidade fetichista. Essa operação é a *Verleugnung* freudiana: uma suspensão do saber pela crença, um recalçamento que permite “eles não são culpados” no enunciado, mas “eles não são inocentes” na enunciação. A negação da negação permite que a não-culpa e a não-não-culpa persistam sem conflito, graças à ontologia intuicionista.

Porém, como um bom hegeliano, Žižek reconhece esse movimento de subtração desse dejetos incômodo como uma negação determinada. O momento da lógica intuicionista é a impossibilidade de evacuar a dupla negação ($\neg\neg p \equiv p$), mas a lógica fetichista força essa passagem, recalcando a lacuna. Esse momento de recusa a lacuna é a verdade paraconsistente da racionalização antissemita, forçando que $\neg\neg p$ seja equivalente a p . Se no momento intuicionista temos a presença da *verleugnung*, na passagem para a paraconsistência encontramos a *verneinung*. Em outras palavras, a negação da negação fetichista quer esconder um impasse. Na paraconsistência antissemita, a proposição “Eu sei que os judeus não são culpados” é lida como uma passagem do recalque (intuicionista) para a denegação. Aquilo que se apresentava como lacuna (intuicionista) foi recalcado, afirmando a crença sobre o saber (não-não-saber \equiv crença), mas na passagem para a paraconsistência, ele se torna seu oposto, negando algo anteriormente exposto. Como o recalque aceita a castração da realidade (saber) sem reconhecer seus efeitos traumáticos, graças à não escolha binária, permite “evadir” da contradição direta. Na paraconsistente, temos a subtração do terceiro elemento, tornando-a contraditória (p é e não é $\neg p$ ao mesmo tempo). A negação da negação que antes era suspensão, agora retorna para p ($\neg\neg p \rightarrow p$), tornando-se o enunciado da não culpa, é na enunciação, a apresentação da culpa judaica

Da constituição das três negações, contribuição de Žižek (2008-2013) a crítica de Badiou (2008), é novamente a leitura como reflexivas e determinadas. Para isso, ele nos convida a voltar à proposição: “Os judeus não são culpados de nada.” Aqui devemos prestar atenção na adição de “nada”. O enunciado não é “Os judeus não são culpados”, e sim “Os judeus não são culpados de nada”. No primeiro momento, na lógica tradicional, a adição é equivalente a “não culpados” ($\neg p$); já no segundo momento, na lógica intuicionista, é “não são não-culpados” ($\neg\neg p$). O “nada” abre uma dúvida sobre a inocência; já no terceiro momento, na leitura paraconsistente (“Eu sei bem que $\neg p$, mas mesmo assim eu acredito que p ”), é forçada por $\neg\neg p \rightarrow p$, pela dupla negação anterior, o que vem a ser passado para o que já é: “Eu sei bem que $\neg\neg p$, mas mesmo assim eu acredito que p .” A partir desse momento, o “nada” não é apenas uma redundância da negação da culpa, ou uma dúvida antinômica, mas sim a presença da contradição como negação determinada, uma barreira que divide o saber e a crença. Embora na lógica clássica, as duas partes do enunciado seriam resolvidas por $\neg\neg p \equiv p$, pois $\neg\neg p$ e p não são contraditórios, mas sim contrários. No entanto, o que torna esse enunciado paradoxal é o “mas mesmo assim”. Se a frase fosse “Eu sei que você não é

não-culpado, portanto você é culpado”, não haveria contradição. Porém, a substituição por “mas mesmo assim” ou “mas” divide o enunciado entre mais ou menos culpado (retornando ao vir a ser da lógica intuicionista). No entanto, aqui é o limite da dúvida. Visto que por que ele acredita que os judeus são culpados quando, de fato, ele sabe que eles são culpados? Por que, mesmo sabendo, ele acredita? Esse “mesmo assim” é uma diferença mínima que resiste à síntese entre o elemento factual e o saber. A crença, para Žižek, é a presença de uma lacuna entre “não não-culpado” e “culpado”, um furo estrutural no enunciado. Embora o conhecimento racional já tenha evidenciado a síntese entre saber e verdade, a crença ainda resiste como uma diferença irreduzível subjetivista. Para a crença, a identificação racional não consegue suprimir sua negatividade, que às vezes é excedente e às vezes é deficitária em relação à identificação conceitual (ou seja, aqui é a presença da subjetividade como sujeito incômodo).

A quarta negação é simplesmente uma tentativa de evadir de qualquer mediação, é simplesmente uma negação imediata que nega a realidade para afirmar abstratamente algo fora do limite (não obedece aos dois princípios, contradição e terceiro excluído), é o que Hegel (2016) nomeia de *bloße Nicht*: mero nada.”mero nada”. Žižek lê essa tentativa de não-relação, como uma determinação reflexiva, ou seja, já é mediação, S2, da culpa, somente é possível porque S1 (judeu) é vazio, como paradoxo, como algo que dá possibilidade de vir a ser pela negação, mas por outro lado impede que esse vir a ser se torne plenamente si mesmo. A proposição “Não são culpados-de-nada” deveria implicar inocência plena, mas pela quarta negação, o judeu, como significante vazio, pode ser retroativamente subvertido em culpa pela repetição (pela constante tentativa de subtração) e insistência. A antinomia da dupla negação não é sublimável pela força do terceiro excluído, sendo uma diferença mínima irreduzível à categorização e insublimável – um resíduo que resiste à absorção pelo saber e pelo evento. É um núcleo de negatividade, um furo na estrutura, uma realidade impossível. Como diz Hajdini (2016) momento “menos que nada” do MD žižekiano é objeto *a* lacaniano, a diferença irreduzível um centro vazio no sistema. Ele não pode ser totalmente simbolizado ou eliminado. É “menos” porque o judeu não se reduz ao predicado, mas, paradoxalmente, sem o processo de “repressão primordial” desse “menos que nada”, a qualidade do judeu não se constitui.

A partir disso, insistimos que a leitura dessas quatro formas de negação em Žižek não se trata de refutações mútuas, mas momentos em que a negação tenta evadir a reificação

das formas. Do limite da lógica clássica, passando pelo recalque intuicionista e a denegação paraconsistente, implícita a quarta negação (repressão primordial), que não obedece à nenhuma restrição. Ou seja, o *objeto a* não é um princípio primeiro do MD, mas sim ganha presença pela formalização: é uma negação retroativa à subordinação formal. Ele é simplesmente um efeito formal, condicionado pelas formas através das quais os sistemas administram seus nada. Em outras palavras, ele se manifesta nos processos de repressão e subtração do “vir a ser” da gramática do sistema. Daí o sentido do MD žižekiano ser um formalismo levado às últimas consequências, pois é apenas pelo processo formal que essa negação incômoda toma presença. Essa diferença mínima atormenta como sombra, mas, paradoxalmente, sem ela, não haveria processos implicando necessidades formais. Por isso, Žižek nos diz:

Menos que nada é uma tentativa de mostrar todas as consequências ontológicas desse eppur si muove. Eis a fórmula em sua forma mais elementar: “mover-se” é o esforço de alcançar o vazio, isto é, “coisas se movem”, existe algo, ao invés de nada, não porque a realidade é, em excesso, mais que o nada, mas porque a realidade é menos que nada. É por isso que a realidade precisa ser suplementada pela ficção: para ocultar seu vazio. Lembremo-nos da velha piada judaica, tão cara a Derrida, sobre um grupo de judeus que admite publicamente, em uma sinagoga, sua nulidade aos olhos de Deus. Primeiro, um rabino se levanta e diz: “Ó Deus, sei que sou inútil, não sou nada!”. Quando o rabino termina, um rico comerciante se levanta e, batendo no peito, diz: “Ó Deus, também sou inútil, obcecado pela riqueza material, não sou nada!”. Depois desse espetáculo, um pobre judeu do povo também se levanta e proclama: “Ó Deus, não sou nada...”. O rico comerciante cutuca o rabino e sussurra no ouvido dele, com desdém: “Que insolência! Quem é esse sujeito que ousa afirmar que também não é nada?!”. De fato, é preciso ser alguma coisa para alcançar o puro nada, e Menos que nada discerne essa lógica estranha nos domínios ontológicos mais díspares, em diferentes níveis, da física quântica à psicanálise (ŽIŽEK, 2013,p.14)

A autorreferência deformante: o Recuo Absoluto

Passamos para o momento do recuo absoluto, onde a repressão fundamental, a própria subtração da substância é lida como constituída pelo processo de reificação do sujeito (\$). Žižek nos diz que recuo absoluto, de uma coisa que emerge através de sua própria perda, é, portanto, o próprio sujeito, como resultado de sua própria impossibilidade. Nesse sentido, e de maneira inconfundivelmente hegeliana, o sujeito é a verdade da substância: a verdade de todas as coisas substanciais é que elas são o efeito retroativo de sua própria perda (ŽIŽEK, 2016a, p. 159). A perda não é substância em si, mas faz parte do desenvolvimento de conjunto específico formal. Como sua determinação é reflexiva, portanto, não há uma substância pura anterior; a perda é uma fantasia objetiva criada pelo próprio sistema.

Aqui, podemos compreender porquê Žižek é alvo de tantas críticas dentro da tradição marxista. Contudo, ele está ciente, ao insistir:

A leitura que Marx faz da dialética de Hegel como formulação idealista da lógica da dominação capitalista não vai até o fim: o que o processo dialético hegeliano desenvolve é a expressão (mistificada) da mistificação imanente à circulação do capital, ou, em termos lacanianos, de sua fantasia “objetivamente social” – em termos algo simplistas, o capital para Marx não é “realmente” um sujeito-substância que se reproduz ao pôr seus próprios pressupostos, e assim por diante; o que essa fantasia hegeliana da reprodução autogeradora do capital oblitera é a exploração dos trabalhadores: como o círculo da autorreprodução do capital tira energia da fonte externa (ou melhor, “ex-tima”) de valor, como tem de parasitar os trabalhadores (ŽIŽEK, 2013, p. 93).

Embora a teoria marxista sinalize a exploração do trabalho, ela não pode ir de imediato em sua retaliação ao capital, pois ela deve demonstrar que a racionalidade, a lógica do capital, organiza uma forma social. Ora, basta lembrarmos que, em *O Capital*, Marx (2017) nos apresenta a categoria valor trabalho. Na forma social capitalista todas as entidades convergem para a equação do valor, onde cada ente perde sua singularidade e, subsequentemente, é reduzida à identidade de mera “quantidade determinada de uma coisa” (MARX, 2017, p.184). Por conseguinte, o trabalho se converte em mercadoria, e aquele que o executa se torna subjugado ao valor abstrato. O valor, portanto, não se limita a ser uma abstração supra-sensível; esse limite impõe uma alteração sensível dos entes para serem inseridos na equação de valor. Isso implica que algo que se torna mercadoria sofre uma metamorfose e se transfigura em algo inteiramente distinto de sua qualidade original, tornando-se uma entidade diversa de si mesma. O ente simplesmente assume a forma do outro objeto, que é subsumida à lei do valor. No entanto, essa “fantasia objetiva” não é vivenciada subjetivamente pelos trabalhadores, que, embora sintam em suas peles a exploração (sabem que sofrem), mas não entendem a lógica teológica do capital (ou seja, acreditam que há somente essa possibilidade de realidade). Assim, eles não sabem que suas vidas são subsumidas pela apresentação capitalista, que sua substância é internalizada pela entidade que aparenta ser viva e autoconsciente, ocultando sua dependência com a fonte do trabalho. A virada de Marx, a crítica ao *Capital*, já é uma crítica a Hegel: o capital é representado como autônoma, autogeradora e autossuficiente da realidade – ou seja a substância-sujeito hegeliana. Essa reificação formal, entretanto, oculta não apenas a exploração dos trabalhadores, mas, principalmente, sua contradição, visto que “auto substância” autônoma, necessita de uma fonte externa a si – o trabalho. Nesse sentido, o *Capital* é simplesmente uma apresentação parasitária.

A crítica de Žižek, contudo, concentra-se no fato de Marx substancializar a matéria pela positividade aristotélica do potencial produtivo dos trabalhadores, buscando uma recuperação sensível do que foi alienado. Como na passagem em Marx (2008), no caderno “Comunismo e propriedade privada”, ele nos diz que com a “supra-sunção (*aufhebung*) da propriedade privada, é, por conseguinte, a emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornados humanos, tanto subjetiva e objetivamente (MARX, 2008, p. 109).” Žižek sinaliza nessa leitura da *aufhebung* marxiana, como uma negação do valor (círculo vicioso autopropulsionado da (re)produção parasitária na matéria), mas a conservação elevada da produtividade livre do trabalho pela omnilateralidade. Para ele, no entanto, não há recuperação: a reintegração das multiplicidades sensíveis recalcadas pelo valor-trabalho faz parte da fantasia capitalista. Mesmo reconhecendo o comunismo como sintoma do capitalismo, Marx ainda postula uma resolução fantasmática (natureza humana) onde a produtividade livre seria independente da racionalidade instrumental. Žižek (2013) diz: “Portanto, deveríamos rejeitar a celebração do jovem Marx das forças produtivas ou potenciais do sujeito, de sua natureza essencial – aqui, Marx é secretamente aristotélico, pressupõe um sujeito ‘substancial’ que preexiste ao desenvolvimento desses potenciais na história (ŽIŽEK, 2013, p. 104).”

Ora, mas um retorno a Hegel não implicaria em adentrar ainda mais no obscurantismo da reificação da substância-sujeito? Isto ficou explícito na crítica da tradição marxista do século XX. Žižek (2013) afirma que a superação desse “monstro” hegeliano proposta por Lukács é a simples substituição do “Espírito” hegeliano pelo proletariado como “Sujeito-objeto” da História. Ou então, a leitura de Adorno enfatizando a preponderância do objeto, da “não-verdade” do Todo. Mas o filósofo esloveno insiste que essa interpretação marxista é uma má interpretação de Hegel. A reconciliação hegeliana não é consumo da substância pelo sujeito, mas “uma modesta sobreposição ou redobramento das duas separações: o sujeito deve reconhecer em sua alienação da substância a separação da substância de si mesmo” (ŽIŽEK, 2013, p.101). Aqui retomemos à paralaxe žižekiana: a reconciliação, a *Aufhebung*, não é a união ou recuperação da substância, mas sim o reconhecimento da torção (como na fita de Moebius). Embora substância e sujeito compartilhem a mesma superfície, nunca se tocam. A reconciliação é simplesmente a aceitação de que a unidade com sua substância é uma aparência da própria alienação do

processo do sujeito à forma; é simplesmente um produto daquilo que é alienado, ou rejeitado e evacuado do sistema para funcionar. Assim, o sujeito também não é um mero subproduto acidental de uma realidade substancial pré-subjetiva, nem pode retornar a um “Ser substancial” ou encontrar seu lugar em uma “Ordem orgânica geral”. O sujeito é um processo retroativo, onde sua origem ocorre posteriormente; ele depende dos pressupostos substanciais de um determinado sistema. Ou seja, o que Marx rejeita na dialética hegeliana é justamente o pressuposto do nada, pelo nada e para o nada. Para ele, a forma social capitalista é um excesso para a natureza (daí subversão da indução sensível), enquanto para a leitura žižekiana é uma torção reflexiva da natureza, é menos que nada. Assim, Žižek (2013) enfatiza: “De maneira mais cautelosa e literal: a questão não é que o Absoluto não seja substância, mas sujeito. A questão está oculta no “não só..., mas também”, ou seja, na interação dos dois, que também abre o espaço da liberdade – somos livres porque há uma falta no Outro, porque a substância da qual brotamos e da qual dependemos é inconsistente, barrada, falha, marcada por uma impossibilidade (ŽIŽEK, 2013, p. 106).”

Aqui podemos ler retroativamente essa proposição hegeliana: a substância-sujeito pela noção de evento badiouniana e a reinterpretação zizekiana da necessidade do MD implícita na dialética materialista (lida com quatro momentos de negação). Na lógica clássica (Ontologia do estado das coisas), a substância é autorreferente; o trabalho se adequa ao valor. A liberdade de escolher trabalhar ou não trabalhar está em acordo com a essência autoevidente da forma social capitalista. No entanto, a liberdade e a não-liberdade estão mediadas como racionalidade operante, o que significa que a liberdade é determinada pelo sistema que ela representa – pois ela é ou não é; não há terceiro excluído. No entanto, a liberdade, nessa lógica, é simplesmente uma representação (*Vorstellung*), uma liberdade abstrata. Pode-se “escolher” ser livre ou não de acordo com a apresentação (*Darstellen*), a realidade concreta do capitalismo. No segundo momento (lógica intuicionista / recalque), a ambiguidade da liberdade é suspensa; há dúvidas sobre a legislação, mas sem ação efetiva. O sujeito sabe da falta no outro, mas não acredita em outro mundo possível: “eu sei, mas...”. No terceiro momento (lógica paraconsistente / denegação), a inconsistência da substância (capital parasitário) se torna explícito. Mas devemos notar como esse momento é uma determinação reflexiva. Primeiro, o capital parece autorreprodutor, mas é parasitário. Contudo, essa contradição não colapsa o sistema, mas apresenta seu funcionamento. Ou seja, na lógica paraconsistente (Ontologia do Evento / Denegação), a denegação (*Verneinung*) – a falha – já

não é uma possibilidade; já é reconhecida como presente no sistema, mas, mesmo assim, ela continua o seu funcionamento. Com essa determinação, a liberdade é apreendida como inconsistência do sistema – a substância está em contradição consigo mesma. Nesse sentido, a passagem do intuicionismo, o campo da essência dividida (sonha o novo, mas sob as regras do velho), para a paraconsistência – a substância se revolta contra si mesmo – é o ato que rasga o tecido do possível. É nela que se funda o evento como verdade.

Aqui podemos fazer o exercício como é lido as operações da negatividade. Na leitura marxiana, a contradição do sistema é a recalque/denegação da substância do sujeito, como agente que realiza, e não o inverso; ou seja, seria a recuperação da substância material pela apropriação sensível do agente alienado pelo sistema. A segunda seria o evento badiouniano: a insuficiência da substância – retorno contra si mesmo – formalizada pelo axioma do vazio (\emptyset) da teoria dos conjuntos, que demonstra a inconsistência inerente a toda estrutura. Badiou (2008) articula o múltiplo puro (matéria) com o impossível (verdade). Desse impossível temos a presença da subjetividade engajada à fidelidade de uma verdade, a um evento. Somente por essa falta no Todo, como impossível, que uma verdade (política, científica, artística) pode suplementar o que é com o novo. A leitura žižekiana, por fim, a recuperação da substância material sensível, a suplementação da negação do múltiplo ao Um, somente são pela mediação ao sistema da qual eles resultam – elas são subprodutos da repressão formal da qual o sujeito é constituído; todo processo “subtrai” (repressão primordial) algo para realizar-se. Nesse sentido, as repressões constituem a substância como sujeito, e não do sujeito. A liberdade não é recuperar algo que foi perdido, ou na insuficiência da unidade do sistema, mas é própria divisão na formação do seu sujeito. Assim, podemos ler Žižek a partir dessa proposição: *o sujeito não é livre apesar da inconsistência da substância, mas, mesmo assim, é livre por causa dessa inconsistência*. A barra do sujeito é a torção, o paradoxo do processo de reificação do sujeito à forma. É na própria divisão no limite que atravessa o sujeito transcendental que está sua liberdade.

Nesse sentido, para Žižek, os excessos de formalidades são irreduzíveis para as operações da negatividade. O MD é o modelo que apresenta essa irreduzibilidade como interna ao processo, como recuo absoluto. Assim, ele nos diz: "É uma causa que age contra si mesma, uma razão que coincide com a revolta (contra si mesma), uma irracionalidade que adota uma aparência de racionalidade, sem parecer contradizer-se" (Žižek, 2016a, p. 8). Nesse sentido, é uma racionalidade que se revolta contra sua própria razão. Como diz Hegel (2017),

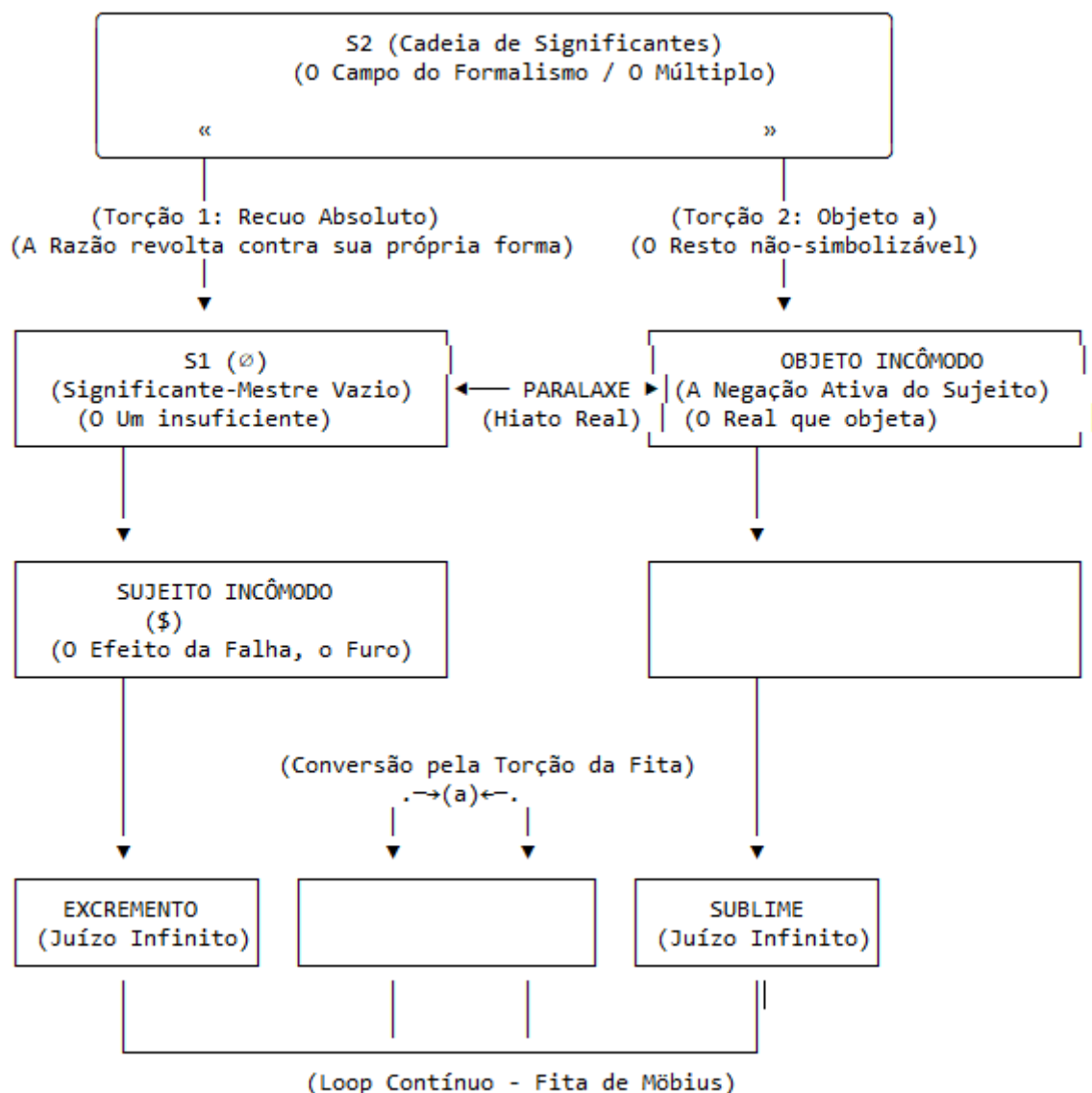
o recuo absoluto é determinidade determinada, ou uma negação absoluta (Hegel, 2017, p. 104). É nas operações formais que, ao impor uma barreira a tudo que lhes é heterônomo, a negatividade absoluta se apresenta como determinidade irreduzível. Logo, essa negatividade que parece contradizer seu conceito não é algo externo a ele; essa presença é uma inferência especulativa de que somente ao negá-la seu processo se realiza — ela se realiza negando aquilo que a limita: seu próprio conceito. Aqui, portanto, está o ponto de Žižek (2016a): para algo vir a ser, deve negar uma “negatividade primordial” – o “menos que nada”. No entanto, essa negatividade, como determinidade, é uma determinação reflexiva; ela faz parte da constituição do processo da razão na constituição de sua racionalidade. Mas o detalhe fundamental é que esse processo é retroativo e formal. A coruja de Minerva somente alça voo ao entardecer: o retorno ao absoluto é ler que essa repressão a algo, que a “perda”, é um processo retroativo implícito na própria racionalidade da formação do sujeito como substância. Ou seja, a perda não é substância, mas sua operação; ela é inerente aos impasses e divisões da reificação formal de um determinado sistema (ou, na leitura marxiana, da forma social).

Considerações finais

A crítica de Žižek, enfim, é que o MD ainda está preso a leituras pré-quânticas e pré-topológicas da matéria (definida por extensão, corpo, densidade, massa), um modelo atrelado à física tradicional. Para ele, a matéria deve ser compreendida como constituída por processos formais. Isso se assemelha à física quântica, com seu formalismo matemático (a função de onda) em vez de objetos sólidos e localizáveis, e à topologia, onde invariantes como buracos ou torções (ex.: gênero de uma superfície) não são “falhas” acidentais, mas condições de possibilidade para a própria estrutura. Em uma leitura hegeliana, isso significa que a matéria é constituída pelas operações da racionalidade de sua época – ou, para lembrar da plasticidade do sujeito-substância, como diz Catherine Malabou (2004). Essa plasticidade das deformações, inerente às operações contínuas dos condicionamentos formais, nos seus buracos que toma presença a materialidade.

É a partir disso, portanto, que postulamos nossa hipótese topológica dos quatro eixos, visto que as 4 teses de seus principais trabalhos são como um mapa topográfico da razão: sujeito incômodo (toro), objeto incômodo (paralaxe), menos que nada (objeto *a*: faixa Möbius), e recuo absoluto (meta-topologia, a realidade é um movimento de deformações contínuas). O sujeito é uma deformidade para os sistemas aos quais ele está submetido. Essa

deformação é incômoda; o sujeito não se encaixa, e sua presença é uma torção que impede o fechamento do sistema. Ele pode ser achatado ou suavizado (ou, na linguagem lacaniana, castrado), mas ainda mantém seu furo. Não um furo físico, mas estrutural – mesmo se o deformarmos como um toro (achatando, esticando, torcendo), seu furo central persiste como um invariante topológico. O “objeto incômodo” é uma determinação reflexiva do sujeito incômodo: o sujeito é incômodo porque há outro que o objeta. No entanto, essa mediação é retorcida por uma diferença mínima irreduzível, como um furo que distorce a inconsistência entre perspectivas inconciliáveis (as antinomias da razão). Esse hiato é um invariante topológico paraláctica: a verdade apresenta-se no deslocamento entre perspectivas inconciliáveis. O “menos que nada” é uma inferência a partir das operações da racionalidade em sua repressão a essa “diferença mínima”. Essa repressão da identidade consigo mesma implica a constante repetição da negação que nega uma negação. Ela é, portanto, uma negação da negatividade absoluta. É a negação a algo, de um pequeno objeto a , que é simplesmente o furo topológico $(\rightarrow(a)\leftarrow)$, o vazio estrutural, o resto que resiste à subtração das operações formais. Contudo, um detalhe importante, ele aparece somente de forma retroativa pelo processo de formação do sujeito-substância, algo que a razão tenta subtrair para ter coerência, mas que, ao ser “subtraído”, deixa uma marca, um vazio. Por fim, o recuo absoluto é o reconhecimento de que essas operações são internas e necessárias. É uma autorreferência deformante, a constatação de que a falha do sistema é a condição de seu funcionamento. Isso significa que, nas operações da razão (sujeito incômodo, objeto incômodo, menos-que-nada), essa negatividade é interna à racionalidade: a torção é a presença do Real na razão. Como na representação deste digrama:



Referências bibliográficas:

BADIOU, Alain. O (re) começo do materialismo dialético. In: ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global Editora, 1979.

BADIOU, Alain. **Lógicas de los mundos**: El ser y el acontecimiento, 2. Buenos Aires: Manantial, 2008.

GRAHAM, Loren R. **Science, philosophy, and human behavior in the Soviet Union**. New York: Columbia University Press, 1987.

HAJDINI, Simon. Dialectic at Its Impurest: Žižek's Materialism of Less Than Nothing. In: HAMZA, Agon; RUDA, Frank (Org.). **Slavoj Žižek and dialectical materialism**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica 1: A doutrina do ser**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Ciência da lógica 2: A doutrina da essência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

JOHNSTON, Adrian. Slavoj Žižek's Hegelian Reformation: Giving a Hearing to The Parallax View. **diacritics**, v. 37, n. 1, p. 3-20, 2007.

JOHNSTON, Adrian. Materialism without Materialism: Slavoj Žižek and the Disappearance of Matter in. In: HAMZA, Agon; RUDA, Frank (Org.). **Slavoj Žižek and dialectical materialism**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

LEBRUN, Gérard. **A paciência do conceito**: ensaio sobre o discurso hegeliano. Tradução de Silvio Rosa Filho. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

MALABOU, Catherine. **The future of Hegel**: plasticity, temporality, and dialectic. Tradução de Lisabeth During. Cambridge: Routledge, 2004.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017.

PFALLER, R. The althusserian battlegrounds. In: HAMZA, Agon; RUDA, Frank (Org.). **Slavoj Žižek and dialectical materialism**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

RUDA, Frank. Dialectical Materialism and the Dangers of Aristotelianism. In: HAMZA, Agon; RUDA, Frank (Org.). **Slavoj Žižek and dialectical materialism**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

SCRUTON, Roger. Slavoj Žižek: O Príncipe Palhaço da Revolução. In: **Estado da Arte**, 19 out. 2016. Disponível em:

<https://estadodaarte.estadao.com.br/filosofia/roger-scruton-sobre-slavoj-zizek-o-principe-palhaco-da-revolucao-parte-1/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

ŽIŽEK, Slavoj. **Contragolpe absoluto**: Para una refundación del materialismo dialéctico. Madrid: Akal, 2016a.

ŽIŽEK, Slavoj. **Menos que nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialéctico. São Paulo: Boitempo, 2013.

ŽIŽEK, Slavoj. **O sujeito incômodo**: o centro ausente da ontologia política. São Paulo: Boitempo, 2016b.

ŽIŽEK, Slavoj. **A visão em paralaxe**. São Paulo: Boitempo, 2008.